CIP
CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA MOÇAMBIQUE

a Transparência
Newsletter
Boa Governação - Transparência - Integridade
Edição Nº 34/2015 - Outubro - Distribuição Gratuita

Fraudes na Educação e Corrupção na Saúde: Antigos Problemas Sem Solução

Por: Baltazar Fael

Os exames extraordinários realizados em Agosto de 2015 foram anulados pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano em algumas escolas do país por existirem suspeitas fundadas de ter havido casos de fraude académica, em 9 escolas, 11 disciplinas e cinco províncias.

De igual modo, mas noutra vertente, concretamente relacionada com casos de corrupção, o Ministério da Saúde, através da respectiva ministra, Nazira Abdula, veio denunciar situações de cobranças ilícitas, desvios de bens dos hospitais com realce para medicamentos, artigos de penso e alimentos, durante a abertura do 9º Conselho Hospitalar, no dia 14 de Outubro de 2015, na cidade da Matola.

Os sectores da educação e da saúde são nevrálgicos para o desenvolvimento de qualquer sociedade, em geral, e da moçambicana, em particular, sendo também dos mais propensos a ocorrência de casos de fraude e corrupção, respectivamente. Isso exige medidas arrojadas do Governo para conter tais fenómenos, ao invés dos contínuos discursos cosméticos e de circunstância por parte das lideranças, quando casos de semelhante natureza são despoletados.

Realçar que estes dois sectores foram considerados como dos mais corruptos pelas duas pesquisas gerais sobre governação e corrupção realizadas em Moçambique, designadamente entre 2004 - 2005, a primeira, e 2012, a segunda.

A Estratégia Anti-Corrupção (2006-2010) foi elaborada em decorrência das constatações da Primeira Pesquisa sobre Governação e Combate à Corrupção, para cuja materialização foi concebido um Plano de Acção (2007-2010) envolvendo os sectores da educação, saúde e mais três (Polícia, Justiça e Ministério das Finanças), no qual constavam medidas concretas para controlar a corrupção, embora fosse questionada a sua eficácia. Seguiu-se à realização da segunda pesquisa a Estratégia de Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública – ERDAP (2011-2025) – da qual faz parte a componente número 5 referente ao Reforço da Integridade na Administração Pública.

Contudo, do Plano de Acção da ERDAP (2011-2014), na sua primeira fase de implementação, não constavam medidas concretas para controlar a corrupção nos sectores da educação e da saúde, apesar de terem sido considerados como propensos à corrupção, incluindo pela Segunda Pesquisa sobre Governação e Combate à Corrupção.

Isto quer dizer que existe um vazio em termos de políticas públicas para combater este mal nestes dois sectores, o que se resume na falta de estratégia do Governo, descomprometimento e ausência de medidas de carácter essencialmente administrativo para fazer face às manifestações de corrupção.

Discursos pós-acontecimentos dos ministros da educação e saúde demonstram falta de estratégia e são uma fuga para a não assumpção de responsabilidades

Os discursos dos ministros da Saúde e da Educação e Desenvolvimento Humano, após o conhecimento dos casos de corrupção e fraudes, respectivamente, demonstram que não existem medidas visando combater este fenómeno nos respectivos sectores, embora ambos reconheçam que estas práticas já são bastante antigas nas instituições referenciadas. O que se deve ainda questionar é que, sabendo-se da existência destas tendências, o que foi feito ao longo dos anos com vista a mitigar a sua ocorrência? Que medidas concretas foram tomadas e assumidas?

Por um lado, a ministra da Saúde, Nazira Abdula, refere que existe falta de acção por parte dos gestores hospitalares visando a mudança da imagem dos hospitais, que os gestores toleram a indisciplina e não exigem o cumprimento da legislação e das normas vigentes e diz que estes não devem admitir a impunidade dos funcionários envolvidos.

Por outro lado, o ministro da Educação e Desenvolvimento Humano, Jorge Ferrão, acusa as escolas onde foram detectadas suspeitas de fraude de permissividade, afirmando que chegou a hora de mudar este cenário com medidas adequadas.

O que se questiona mais uma vez é quais medidas? Portanto, estes discursos serão meramente falaciosos, se acções concretas não forem tomadas.

Mais grave ainda é quando a Inspector-Geral do Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH), Quitéria Mabote (vide Jornal "O País", pág. 2, de 15 de Outubro de 2015), procura desresponsabilizar-se, tendo em conta as funções que desempenha, e o sector de inspecção que dirige, afirmando que e passamos a citar: "Se soubéssemos como os exames saem, estancaríamos o mal pela raiz. Tomamos todas as medidas para que não haja fuga do material, mesmo assim, há fuga". Mais uma vez questiona-se que tipo de medidas tomaram, senhora inspectora, que não podem ser partilhadas com o público? Ou existem ou não existem.

Contudo, podemos concluir que existindo tais medidas e, para tal, fazendo fé aos pronunciamentos referidos pela Inspectora – Geral do MINEDH, então as mesmas são ineficazes e como as situações de fraude são recorrentes, já deviam ter sido aperfeiçoadas ou substituídas por outras mais consentâneas com a resolução deste tipo de casos, o que não aconteceu, mesmo considerando o lapsu de tempo e a frequência deste tipo de casos. Esta inação será por dolo ou por negligência, que se afigura para o caso (a confirmar-se a fraude) como grosseira? Terá a inspectora, atendendo as funções que desempenha e as suas responsabilidades e ainda as atribuições do sector que dirige, em algum momento apresentado propostas para a alteração das mesmas?

Mais do que culpabilizar as escolas onde se suspeita que os factos aconteceram e que se encontram a jusante do processo em concreto (os estabelecimentos de ensino somente recebem os exames, já elaborados, para procederem a sua distribuição pelos alunos no dia da sua realização).

Assim, o Ministro da Educação e Desenvolvimento Humano deve imputar responsabilidades aos sectores encarregados por garantir que situações semelhantes não aconteçam ao nível do ministério que dirige e concretamente os servidores públicos encarregados pela implementação das medidas necessárias para a mitigação e controle de situações de fraude. Esta seria uma forma de combater a impunidade com actos concretos e não discursos vazios, repetitivos e sem consequências práticas.

Antecedentes que demonstram que já houve medidas visando o combate à corrupção no sector da educação e da saúde

Aquando da vigência da Estratégia Anti-Corrupção e respectivo Plano de Acção, e com vista a elucidar a Inspectora-Geral do MINEDH, num trabalho de monitoria da implementação da referida estratégia, abrangendo algumas províncias do país, como: Zambézia, Nampula, Tete, Cabo Delgado e Niassa, foi-nos informado que a actividade de transporte de exames era realizada conjuntamente entre as autoridades da educação (a nível provincial e

distrital) e a Polícia da República de Moçambique (PRM) até ao local da sua guarda provisória. Nos locais de destino, segundo apuramos, os exames ficavam depositados num cofre a que quem tinha acesso as chaves eram as autoridades da educação respectivas e, eram guarnecidos pela polícia até ao dia da distribuição dos enunciados pelas escolas para a sua realização.

Será que a prática descrita, de natureza cautelar, continua a ser seguida? Ou a mesma, com o fim da Estratégia Anti-Corrupção e a sua descontinuidade acabou por ser extinta em prejuízo do sector?

Na saúde, a Estratégia Anti-Corrupção também previa a adopção de medidas visando evitar cobranças ilícitas, o que passava pela consciencialização dos utentes pelos agentes do sector. De igual modo, previa-se o controle informático da saída e distribuição de medicamentos nas unidades hospitalares a nível das províncias e distritos através do armazém central em Maputo, que devia ser imediatamente informado pelo armazém provincial respectivo, sobre qualquer saída a ser efectuada e o local para o qual a remessa era enviada. O que foi feito destas medidas? Será que o controle de medicamentos continua a obedecer tais moldes? Ou chegou a ser feito obedecendo tal critério?

Os factos acontecidos e que são recorrentes já há vários anos demonstram a falta de comprometimento do Governo com a causa da promoção da transparência e integridade, atendendo que não existe uma estratégia concreta e eficaz de controlo da corrupção na Administração Pública e concretamente nos sectores em alusão.

CIP

Boa Governação, Transparência e Integridade

FICHA TÉCNICA

Director: Adriano Nuvunga

Equipa Técnica do CIP: Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Lázaro Mabunda, Stélio Bila;

Assistente de Programas: Nélia Nhacume

Layout & Montagem: Nelton Gemo

Endereço: Bairro da Coop, Rua B, Número 79, Maputo - Moçambique

Contactos: Fax: 00 258 21 41 66 25, Tel: 00 258 21 41 66 16, Cel: (+258) 82 301 6391,

E-mail: cip@cip.org.mz

Website: http://www.cip.org.mz

Parceiros

Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra
Swiss Agency for Development and Cooperation SDC

SUÊCIA

IBP INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP Open Budgets. Transform Lives.

DFID Department for International Development

Koninkrijk der Nederlanden

ROYAL NORWEGIAN EMBASSY

Danida

Ibis Education for development

agir PROGRAMA DE ACÇÕES PARA UMA GOVERNAÇÃO INCLUSIVA E RESPONSÁVEL

Parceiro de assuntos de género: WLSA